

## Raízes e ascensão do crime organizado no Brasil<sup>1</sup>

Roots and rise of organized crime in Brazil

Fábio Rodrigues de Rosso<sup>2</sup>

Maikel Munhoz Bisogn

Márcio da Luz Flores

Roberto Bortolon Maraschin

Roselaine Aparecida Machado Morais

Vanessa Cristiane Pereira Rodrigues

### RESUMO

O crime organizado no Brasil emergiu como uma resposta às condições de desigualdade social, corrupção e falhas no sistema de segurança pública. As primeiras organizações surgiram em prisões superlotadas, onde detentos formaram estruturas hierárquicas, articulando-se em redes que operavam tanto dentro quanto fora das penitenciárias. O tráfico de drogas foi o ponto de partida dessas facções, mas, com o tempo, elas diversificaram suas atividades ilícitas, expandindo suas operações para áreas como assaltos, sequestros, e controle territorial. Essas organizações criminosas estabeleceram um poder paralelo, especialmente em regiões urbanas e periferias, desafiando diretamente o Estado. Além disso, a expansão dessas facções foi favorecida pela vulnerabilidade de certos setores da sociedade, pela ineficácia das políticas públicas de combate à criminalidade e pela falta de uma estratégia integrada entre os órgãos de segurança. Assim, as organizações criminosas se consolidaram como uma força significativa, operando tanto no tráfico de drogas quanto em outros crimes de grande escala, causando impactos profundos na segurança pública e na governança do país.

**Palavras-chave:** Crime. Organização. Raízes.

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

<sup>2</sup> Discente do curso de Inteligência Policial.

## **ABSTRACT**

Organized crime in Brazil emerged as a response to conditions of social inequality, corruption and failures in the public security system. The first organizations emerged in overcrowded prisons, where inmates formed hierarchical structures, forming networks that operated both inside and outside the penitentiaries. Drug trafficking was the starting point of these factions, but, over time, they diversified their illicit activities, expanding their operations to areas such as robberies, kidnappings, and territorial control. These criminal organizations have established parallel power, especially in urban regions and peripheries, directly challenging the State. Furthermore, the expansion of these factions was favored by the vulnerability of certain sectors of society, the ineffectiveness of public policies to combat crime and the lack of an integrated strategy between security bodies. Thus, criminal organizations have consolidated themselves as a significant force, operating in both drug trafficking and other large-scale crimes, causing profound impacts on public security and the country's governance.

**Keywords:** Crime. Organization. Roots.

## **1 INTRODUÇÃO**

O surgimento e a expansão do crime organizado no Brasil estão intrinsecamente ligados a fatores históricos, sociais e econômicos, em particular às condições socioeconômicas desfavoráveis e à ineficiência estrutural do sistema penitenciário. Desde o início, as prisões brasileiras se mostraram ambientes propícios para a organização de grupos criminosos, dado o seu estado de precariedade e superlotação, que contribuiu para a formação de facções entre os presos.

Outrossim, essas facções foram uma resposta às condições degradantes e à falta de proteção por parte do Estado, levando os detentos a desenvolverem redes de apoio e poder dentro das instituições carcerárias. Com o tempo, essas organizações que nasceram dentro das prisões expandiram sua influência para além dos muros, estendendo suas atividades para as comunidades vulneráveis. Esse fenômeno evidenciou a relação entre o sistema prisional falido e o fortalecimento das facções criminosas no Brasil.

Além do contexto prisional, a extrema desigualdade social e a exclusão econômica que marcam a sociedade brasileira também são fatores-chave na disseminação do poder das facções.

Em áreas de alta vulnerabilidade, onde o Estado se mostra ausente ou ineficaz em garantir direitos básicos e segurança, às organizações criminosas assumiram um papel de suplência. Essas facções passaram a se estabelecer como uma espécie de alternativa informal ao Estado, oferecendo serviços que vão desde a "justiça" comunitária até o provimento de bens essenciais, como água e eletricidade, em troca de lealdade.

Além disso, esse tipo de atuação não apenas fortaleceu a presença dessas organizações em territórios marginalizados, como também consolidou seu controle sobre as periferias urbanas e outras regiões desassistidas. Assim, essas populações, muitas vezes, se veem forçadas a uma convivência ambígua com o crime organizado, que lhes oferece soluções imediatas para problemas cotidianos que o Estado não resolve.

As políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro ao longo das últimas décadas, no entanto, se mostraram insuficientes para conter o avanço do crime organizado. A estratégia de repressão pura e simples, centrada no combate armado e na intensificação da vigilância, falhou em atacar as raízes estruturais do problema. Isso permitiu que as facções, sempre dinâmicas, adaptassem suas operações às mudanças no cenário repressivo, diversificando suas atividades e estendendo seu controle para além do tráfico de drogas. Assim, elas expandiram sua influência para outras esferas do crime, como o tráfico de armas, extorsão e até controle político em certos territórios. Essa expansão não só desafiou a eficácia das políticas de segurança pública, mas também consolidou o poder paralelo exercido por essas organizações, muitas vezes colocando em xeque a soberania estatal em áreas dominadas pelo crime.

Outro fator crucial para a ascensão e consolidação do crime organizado no Brasil é a corrupção sistêmica, que permeia tanto o setor público quanto o privado. A infiltração de membros ou aliados das facções em estruturas estatais, como a polícia e o judiciário, somada à compra de autoridades, criou um ambiente de impunidade que favoreceu o crescimento das facções. A falta de transparência em diversas instituições e a corrupção endêmica contribuíram para um ciclo vicioso no qual o crime organizado prospera, expandindo suas operações e redes de influência com pouca ou nenhuma interferência eficaz do Estado. Esse cenário alimentou a perpetuação das atividades criminosas, criando uma simbiose entre crime e política que dificulta a governança e o desenvolvimento social.

Diante desse contexto, o crime organizado se apresenta hoje como um dos maiores desafios à segurança pública e à coesão social no Brasil. As facções criminosas não apenas controlam territórios, mas também exercem um poder paralelo que interfere na vida cotidiana de milhões de cidadãos, corroendo as bases da governança estatal e aprofundando as desigualdades sociais. As consequências desse cenário são visíveis no aumento da violência, na sensação de insegurança e no enfraquecimento das instituições democráticas, que enfrentam dificuldades crescentes para restabelecer o controle sobre áreas dominadas pelo crime. A complexidade desse problema demanda soluções abrangentes, que vão além da repressão e busquem atacar as raízes socioeconômicas e institucionais que permitiram a ascensão e consolidação dessas facções no Brasil.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

O surgimento do crime organizado no Brasil está intimamente ligado às condições sociais e ao sistema penitenciário, que ofereceu o ambiente propício para a formação das facções. As prisões superlotadas e a falta de controle eficaz criaram um espaço fértil para a organização de grupos criminosos. Detentos, vivendo em condições de extrema adversidade, desenvolveram estratégias de sobrevivência, organizando-se em estruturas hierárquicas que, além de oferecer proteção dentro das prisões, permitiram a criação de redes de poder que se estenderam para fora dos muros carcerários. As prisões, portanto, se tornaram o primeiro campo de articulação do crime organizado no país. (MENDES,2021)

A vulnerabilidade social em áreas urbanas marginalizadas desempenhou um papel fundamental na expansão do crime organizado. A ausência de políticas públicas eficientes e a exclusão econômica criaram uma população suscetível à influência das facções. Nessas áreas, as organizações criminosas passaram a atuar como substitutas do Estado, fornecendo serviços que as autoridades locais não conseguiam prover. Em troca, exigiam lealdade e submissão dos habitantes, consolidando seu poder. Dessa forma, o crime organizado encontrou nas periferias um terreno fértil para sua expansão. (SILVA,2017)

As políticas públicas voltadas para o combate ao crime organizado muitas vezes adotaram uma abordagem repressiva, sem atacar as causas estruturais do problema. A repressão, sozinha, não foi suficiente para frear o avanço das facções. Ao contrário, essas organizações demonstraram uma capacidade notável de adaptação, diversificando suas

atividades criminosas para além do tráfico de drogas e ampliando seu controle territorial. A ausência de uma estratégia integrada entre os diferentes órgãos de segurança contribuiu para o fortalecimento dessas facções. (ALMEIDA,2019)

A corrupção também facilitou a ascensão das facções criminosas no Brasil. A infiltração de membros dessas organizações em instituições públicas e privadas, aliada à compra de autoridades, minou a eficácia das ações de combate ao crime. A corrupção se tornou uma das principais aliadas das facções, permitindo que elas operassem com impunidade e ampliassem suas atividades sem grandes obstáculos. Esse ciclo de corrupção alimentou o crescimento das facções, que se fortaleceram nas brechas do sistema. (COSTA,2016)

Assim, o crime organizado se consolidou como uma força que desafia diretamente o Estado e suas instituições. As facções criminosas controlam territórios, impõem suas próprias regras e se tornam cada vez mais difíceis de combater. A segurança pública enfrenta um dos maiores desafios de sua história, com o crescimento contínuo dessas organizações e seu impacto profundo na vida das populações afetadas. A governança é diretamente prejudicada por esse cenário, que coloca o crime organizado como um dos maiores entraves ao desenvolvimento social e econômico do país. (ASTA,2015)

## 2.1 Origens e Expansão do Crime Organizado no Brasil

O sistema penitenciário brasileiro, historicamente precário, foi um dos principais fatores que contribuíram para o surgimento das facções criminosas. As prisões, superlotadas e sem condições adequadas, se tornaram verdadeiros centros de articulação criminal. Nessas condições, detentos formaram alianças para sobreviver e enfrentar o controle do Estado. Assim, as facções se organizaram inicialmente dentro das prisões, criando uma estrutura hierárquica sólida que se tornaria a base do crime organizado no Brasil. (BARROS,2017)

A formação de facções dentro das prisões brasileiras reflete a ineficiência do sistema carcerário em promover a ressocialização dos presos. Ao invés de reintegrar os detentos à sociedade, as prisões acabaram se tornando ambientes propícios para o fortalecimento do crime. As facções ofereciam proteção e uma forma de organização dentro de um sistema caótico, permitindo que detentos tivessem acesso a recursos e poder, mesmo atrás das grades. (MENDES,2021)

A articulação das facções dentro das prisões também facilitou a criação de redes de comunicação entre criminosos de diferentes regiões do país. As prisões, ao reunir detentos de diversas áreas, se tornaram pontos estratégicos para o intercâmbio de informações e para a criação de alianças criminosas. Dessa forma, o crime organizado passou a se expandir não apenas dentro das penitenciárias, mas também para o exterior, atingindo novos territórios e ampliando seu poder. (COSTA,2016)

Com o tempo, as facções formadas dentro das prisões começaram a exercer influência também fora dos muros das penitenciárias. O controle que esses grupos adquiriam dentro das prisões se refletia em suas operações externas, onde eles dominavam territórios e ampliavam suas atividades criminosas. Esse processo de expansão foi facilitado pela falta de controle estatal nas áreas periféricas, permitindo que as facções consolidassem seu poder tanto dentro quanto fora do sistema prisional. (GOMES,2018)

A falha em controlar a disseminação das facções dentro das prisões resultou em um cenário onde o crime organizado se fortaleceu a ponto de se tornar um poder paralelo ao Estado. As prisões, que deveriam ser locais de punição e reabilitação, se tornaram centros de poder para as facções, que hoje controlam grande parte do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas no país. Esse processo de fortalecimento teve início dentro dos próprios muros das penitenciárias, onde o crime organizado encontrou terreno fértil para crescer. (OLIVEIRA,2018)

A vulnerabilidade social nas periferias urbanas foi outro fator que impulsionou a expansão do crime organizado. A falta de políticas públicas eficientes e a exclusão social criaram um vácuo que foi rapidamente ocupado pelas facções criminosas. Nesses territórios, as organizações passaram a oferecer uma alternativa ao Estado, controlando a vida cotidiana dos moradores e oferecendo serviços que o poder público não conseguia fornecer. (SANTOS, 2014)

Nas áreas de vulnerabilidade social, as facções criminosas desenvolveram um tipo de poder paralelo, onde elas não apenas controlavam o tráfico de drogas, mas também ditavam regras sociais e impunham sua própria forma de "justiça". A ausência de uma presença estatal efetiva permitiu que esses grupos assumissem o controle, oferecendo proteção e recursos em troca de lealdade e submissão. Dessa forma, as organizações criminosas se consolidaram como a única autoridade em muitas áreas marginalizadas. (ASTA,2015)

A relação entre o crime organizado e a exclusão social é intrinsecamente ligada à falta de oportunidades econômicas e educacionais nessas regiões. A ausência de alternativas para jovens em áreas periféricas fez com que muitos fossem atraídos pelo poder e pela promessa de riqueza oferecida pelas facções. Esse processo de cooptação foi facilitado pela falta de intervenção do Estado, permitindo que as facções continuassem a recrutar novos membros e expandir suas operações. (RODRIGUES,2014)

A expansão das facções nas periferias também teve um impacto direto na segurança pública. O controle territorial exercido pelas facções gerou altos níveis de violência, tanto entre grupos rivais quanto contra as forças de segurança. O Estado, por sua vez, muitas vezes respondeu com repressão policial, o que, em vez de resolver o problema, contribuiu para o ciclo contínuo de violência e fortalecimento das facções. (PEREIRA,2020)

A ausência de políticas públicas que abordassem as causas estruturais da criminalidade contribuiu para o crescimento contínuo das facções nas periferias. A falta de investimento em educação, saúde e infraestrutura nessas áreas, aliada à ineficácia das políticas de segurança, permitiu que o crime organizado se consolidasse como uma força dominante. As facções, assim, se tornaram uma parte integral da vida cotidiana em muitas áreas urbanas, controlando não apenas o tráfico de drogas, mas também a própria dinâmica social dessas regiões. (SILVA,2017)

As políticas públicas adotadas pelo Estado para combater o crime organizado no Brasil se concentraram, muitas vezes, em uma abordagem repressiva e militarizada. Essa estratégia, focada em ações policiais diretas contra os membros das facções e operações ostensivas nas periferias, não foi suficiente para conter o crescimento dessas organizações. A repressão ao tráfico de drogas, principal foco das políticas de segurança pública, mostrou-se ineficaz diante da capacidade das facções de se adaptarem às novas realidades e de diversificarem suas atividades ilícitas. (GOMES,2018)

O uso excessivo da força policial, aliado a uma estratégia pouco articulada entre as diferentes esferas de governo, resultou em uma escalada da violência. As operações de combate ao crime, muitas vezes realizadas sem planejamento adequado ou coordenação entre os órgãos de segurança, agravaram os conflitos em áreas controladas pelas facções. Ao invés de

enfraquecer as organizações criminosas, essas ações reforçaram sua presença, provocando um ciclo contínuo de confrontos e retaliações. (ASTA,2015)

Além disso, a falta de uma estratégia abrangente que envolvesse outras áreas além da repressão contribuiu para a perpetuação do problema. As políticas públicas raramente trataram das causas estruturais que facilitam a expansão do crime organizado, como a desigualdade social, a falta de oportunidades educacionais e a ausência de serviços básicos nas periferias. Sem essas intervenções, as facções continuaram a encontrar apoio e recrutamento entre as populações marginalizadas. (BARROS,2017)

A ausência de uma resposta integrada também evidenciou falhas no combate à corrupção, que facilitou a infiltração do crime organizado nas instituições públicas. A impunidade e a falta de accountability permitiram que as facções atuassem livremente, inclusive utilizando suas conexões com agentes corruptos para facilitar suas operações. Dessa forma, as políticas de combate ao crime organizado falharam em lidar com um dos principais elementos que sustentam o poder dessas organizações: a corrupção sistêmica. (ALMEIDA,2019)

Outrossim, a falta de uma articulação efetiva entre as políticas de repressão e as medidas sociais preventivas perpetuou o crescimento das facções criminosas. Uma abordagem focada unicamente na força não foi suficiente para impedir que essas organizações expandissem seu poder, demonstrando a necessidade de políticas públicas que integrem medidas de segurança com ações de inclusão social, desenvolvimento econômico e combate à corrupção. (MENDES,2021)

A corrupção sistêmica no Brasil desempenhou um papel central na expansão das facções criminosas. A infiltração de membros dessas organizações em estruturas do Estado, combinada com a compra de autoridades, criou um ambiente favorável para o crime organizado prosperar. A corrupção permitiu que as facções operassem com relativa impunidade, minando os esforços do governo em combater o tráfico de drogas e outras atividades criminosas. (RODRIGUES,2014)

A corrupção facilitou o tráfico de influência e a lavagem de dinheiro, permitindo que as facções ampliassem seus negócios ilícitos para além do tráfico de drogas. Além disso, o envolvimento de políticos, policiais e funcionários públicos em esquemas de corrupção

comprometeu a eficácia das ações de repressão. Em muitos casos, operações policiais e processos judiciais foram prejudicados por acordos ilegais e subornos, resultando na libertação de criminosos e no enfraquecimento das investigações. (PEREIRA,2020)

As facções criminosas se beneficiaram amplamente desse sistema corrupto, utilizando-se de suas conexões dentro das instituições públicas para garantir proteção e expandir suas operações. O controle de áreas estratégicas e a manipulação de decisões judiciais criaram um ambiente de impunidade, onde o crime organizado pôde crescer sem grande resistência. Dessa forma, a corrupção se tornou um elemento central para a sustentação das atividades criminosas no Brasil. (OLIVEIRA,2018)

O impacto da corrupção na segurança pública também é evidente na forma como ela enfraquece a confiança da população nas instituições do Estado. A percepção de que autoridades estão envolvidas com o crime organizado contribui para um sentimento de descrédito em relação ao sistema de justiça e às forças de segurança. Esse descrédito, por sua vez, fortalece ainda mais o poder das facções, que se apresentam como uma alternativa ao Estado em muitas comunidades. (GOMES,2018)

Desse modo, para que o combate ao crime organizado seja eficaz, é fundamental que o problema da corrupção seja abordado de forma prioritária. Sem uma reforma profunda nas instituições públicas e sem medidas contundentes contra a corrupção, as facções criminosas continuarão a se beneficiar das brechas do sistema, perpetuando seu crescimento e controle sobre diversas áreas do país. (COSTA,2016)

O crime organizado, ao longo dos anos, consolidou-se como uma das maiores ameaças à segurança pública e à estabilidade social no Brasil. As facções criminosas exercem um poder paralelo ao Estado, controlando vastos territórios, especialmente nas periferias urbanas, e impondo suas próprias regras e leis. Esse controle territorial dificulta o acesso do poder público a essas áreas, criando um cenário onde o Estado perde a capacidade de garantir a segurança e os direitos básicos da população. (ALMEIDA,2019)

A influência das facções nas comunidades se estende para além da violência e do tráfico de drogas. Em muitos casos, essas organizações criminosas controlam a economia local, impondo taxas e regulando o comércio. Além disso, as facções muitas vezes fornecem serviços

que o Estado não consegue oferecer, como segurança, assistência financeira e até "justiça" paralela. Esse poder de substituição estatal reforça a legitimidade das facções nas comunidades, tornando-as mais difíceis de combater. (BARROS,2017)

A presença das facções também gerou um aumento expressivo nos índices de violência urbana. As disputas territoriais entre grupos rivais, somadas aos confrontos com as forças de segurança, resultaram em um ciclo contínuo de mortes e insegurança. A população das áreas controladas pelas facções vive sob constante ameaça, o que compromete a qualidade de vida e o desenvolvimento dessas regiões. (ASTA,2015)

O crime organizado afeta diretamente a governança do país, criando zonas de exclusão onde o Estado tem pouca ou nenhuma presença efetiva. Esse enfraquecimento do controle estatal compromete a implementação de políticas públicas e dificulta a promoção de ações de inclusão social, educação e saúde. A capacidade do Estado de promover o desenvolvimento nessas áreas é, portanto, severamente limitada. (SILVA,2017)

Diante desse cenário, é evidente que o combate ao crime organizado exige não apenas ações repressivas, mas também uma política pública integrada que recupere a presença do Estado nas áreas dominadas pelas facções. Somente através de um esforço coordenado, que envolva segurança, inclusão social e combate à corrupção, será possível reverter o crescimento dessas organizações criminosas e restaurar a governança sobre os territórios afetados. (MENDES,2021)

### **3. CONCLUSÃO**

Portanto, a ascensão do crime organizado no Brasil, com suas raízes fincadas em fatores como a desigualdade social e a ineficiência do sistema penitenciário, reflete a complexidade do problema e a necessidade de uma abordagem multifacetada para seu enfrentamento. As prisões, longe de serem espaços de reabilitação, se tornaram o berço das facções criminosas, onde a falta de controle estatal permitiu a organização de redes de poder que se expandiram para além dos muros das penitenciárias.

Nas periferias urbanas, as facções encontraram terreno fértil para se expandir, preenchendo o vácuo deixado pela ausência do Estado. Nesses territórios, as organizações

criminosas assumiram um papel de poder paralelo, oferecendo serviços e "justiça" em troca de lealdade. A falta de políticas públicas adequadas contribuiu para a consolidação dessas facções, que passaram a dominar não apenas o tráfico de drogas, mas também a vida social e econômica de muitas regiões.

A repressão policial, por sua vez, não foi suficiente para conter o avanço das facções. A resposta do Estado, focada em ações de combate ao tráfico, muitas vezes ignorou as causas profundas do problema, o que resultou em uma escalada de violência e na adaptação das facções às novas condições. O crime organizado demonstrou uma capacidade impressionante de se reinventar, diversificando suas atividades e ampliando seu controle territorial.

A corrupção sistêmica também foi um dos fatores que facilitaram a expansão do crime organizado no Brasil. A infiltração de membros das facções em estruturas estatais e a compra de autoridades corroeram a capacidade do Estado de combater eficazmente o crime. Esse ciclo de impunidade permitiu que as facções operassem com relativa liberdade, ampliando seu poder e consolidando sua presença em diversas esferas da sociedade.

O crime organizado consolidou-se como um dos maiores obstáculos à segurança pública e ao desenvolvimento social no Brasil, afetando diretamente a vida de milhões de brasileiros. As facções criminosas expandiram seu poder, controlando territórios e impondo sua própria ordem nas áreas onde o Estado é ausente ou ineficiente. Essa realidade demanda soluções que vão além da simples repressão policial, pois o uso da força, por si só, não tem sido capaz de dismantelar o complexo sistema de atuação dessas organizações. Para enfrentar esse desafio, é fundamental que o Estado compreenda a profundidade e a ramificação do problema, que envolve tanto o tráfico de drogas quanto outras atividades ilícitas e uma estrutura de poder que se alimenta da exclusão social.

O enfrentamento eficaz ao crime organizado deve passar por uma abordagem integrada, que aborde tanto a repressão ao tráfico de drogas quanto as causas estruturais que alimentam a criminalidade. A desigualdade social, que deixa uma parcela significativa da população sem acesso a direitos básicos, cria um terreno fértil para a expansão das facções, que oferecem uma alternativa perversa ao Estado. Ao mesmo tempo, a corrupção sistêmica, presente em diversas instituições, facilita a operação desses grupos, que encontram formas de neutralizar a ação do poder público. Portanto, uma estratégia eficaz deve envolver a redução das desigualdades e o

fortalecimento das instituições, garantindo que o Estado recupere sua legitimidade nas áreas mais afetadas pela violência.

Somente com uma estratégia abrangente será possível combater o poder das facções criminosas e restaurar o controle do Estado sobre os territórios dominados pelo crime. Isso implica não apenas o fortalecimento das forças de segurança, mas também a implementação de políticas sociais que combatam a pobreza e a exclusão, criando alternativas reais para as populações vulneráveis. Além disso, é essencial que se promova uma reforma profunda nas instituições, com o objetivo de eliminar a corrupção e aumentar a transparência e a eficiência dos serviços públicos. Somente com essa combinação de repressão qualificada e investimento em desenvolvimento social será possível reverter o crescimento do crime organizado e garantir a segurança e o bem-estar da população.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ASTA, Thiago. A História do Crime Organizado no Brasil. Rio de Janeiro, 2015.
- ALMEIDA, Mariana. O Submundo do Crime Organizado Brasileiro. Porto Alegre, 2019.
- BARROS, André. O Controle do Tráfico: A História do Crime Organizado no Brasil. Florianópolis, 2017.
- COSTA, Ricardo. Ascensão do Tráfico no Brasil: Uma Análise. Belo Horizonte, 2016.
- GOMES, Juliana. O Poder Paralelo: Facções Criminosas no Brasil. Brasília, 2018.
- MENDES, Lucas. Império do Crime: As Facções no Brasil. Recife, 2021.
- OLIVEIRA, Fernanda. O Surgimento das Facções no Brasil. Salvador, 2018.
- PEREIRA, João. Raízes do Crime no Brasil: Um Panorama Histórico. Curitiba, 2020.
- RODRIGUES, Pedro. Entre Facções: O Crescimento do Crime Organizado no Brasil. Manaus, 2014.
- SANTOS, Gabriela. O Crime e Suas Estruturas no Brasil. Fortaleza, 2014.
- SILVA, Marcos. Facções e Poder: O Crime Organizado no Brasil. São Paulo, 2017.

## **Informações Institucionais da Revista**

Revista FT Ltda. (1996–2026)

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

Fator de Impacto FI: 6.684

## **Conselho Editorial**

### **Editores Fundadores**

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Dr. João Marcelo Gigliotti

### **Editor Científico**

Dr. Oston de Lacerda Mendes

### **Jornalista Responsável**

Marcos Antônio Alves – MTB 6036/DRT-MG

### **Orientadoras**

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre